



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

177
A

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS INFRINGENTES N.º 82648-2/02

ÓRGÃO JULGADOR: 4ª Câmara Cível

EMBARGANTE: Distribuidora de Bebidas Quipapá Ltda

EMBARGADO: Indústria de Bebidas Antarctica do Nordeste S/A

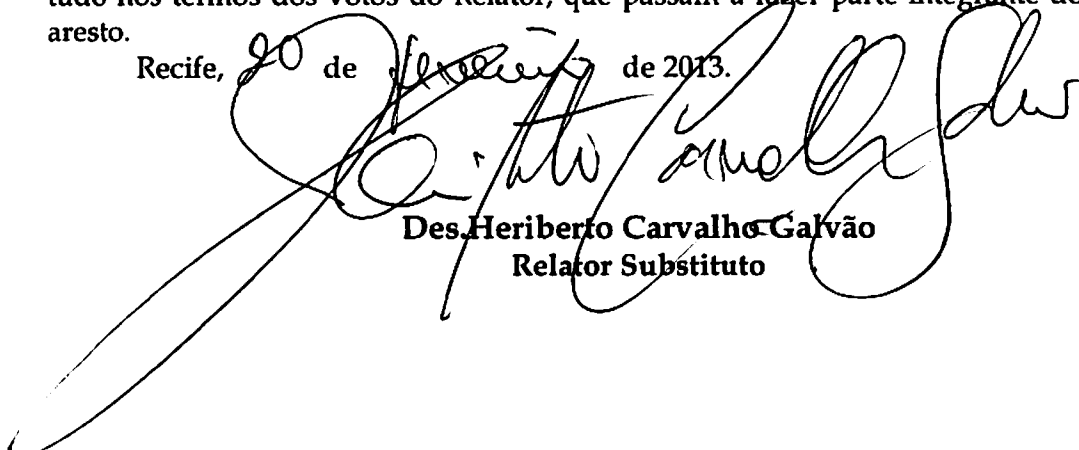
RELATOR: Des. Substituto Heriberto Carvalho Galvão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. RESCISÃO DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS MEDIANTE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO COM BASE EM CLÁUSULA CONTRATUAL. ATO ILÍCITO. AUSÊNCIA. *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM* E ABUSO NO EXERCÍCIO DO DIREITO POR PARTE DO FORNECEDOR. INEXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO AFASTADA. EMBARGOS INFRINGENTES NÃO PROVIDOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados, discutidos e votados os presentes autos do Recurso de Embargos Infringentes acima identificado, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes do 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, **negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos dos votos do Relator, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 20 de fevereiro de 2013.


Des. Heriberto Carvalho Galvão
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

108
[assinatura]

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS INFRINGENTES N.º 82648-2/02

ÓRGÃO JULGADOR: 4ª Câmara Cível

EMBARGANTE: Distribuidora de Bebidas Quipapá Ltda

EMBARGADO: Indústria de Bebidas Antartica do Nordeste S/A

RELATOR: Des. Substituto Heriberto Carvalho Galvão

RELATÓRIO

- Embargos Infringentes interpostos por **Distribuidora de Bebidas Quipapá Ltda**, contra acórdão da 4ª Câmara Cível (fls. 6244/6245) que, por maioria de votos, deu integral provimento ao Recurso de Apelação, nos autos da Ação Ordinária de Ressarcimento por Perdas, Danos e Lucros Cessantes, interposto por **Indústria de Bebidas Antartica do Nordeste S/A**, culminando por reformar a sentença meritória de 1º grau para julgar improcedente o pleito original.
- Contrarrazões às fls. 25/32, impugnando os termos dos Infringentes, pela conservação dos votos vencedores com a conseqüente manutenção do *decisum* vergastado

SENTENÇA DE 1º GRAU: (fls. 3121/3051)

Julgou parcialmente procedente a ação ordinária de ressarcimento Por Perdas e Danos e Lucros Cessantes, proc. nº 00012000010067-7, condenando à demandada, ora embargada, a recomprar todo o estoque de bebidas com base no preço de venda ao consumidor final, de todos os bens móveis adquiridos para a utilização da distribuição, a ser apurado em liquidação de sentença, bem como na indenização de lucros cessantes

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

108

decorrentes da rescisão do contrato de distribuição de bebidas entre as partes.

ACÓRDÃO VERGASTADO:

- Apreciando o mérito, por maioria de votos, deu-se provimento ao recurso da parte ré no sentido de reformar a sentença de 1º grau, sendo a ação ordinária julgada improcedente. O voto condutor foi proferido pelo Eminente Revisor Substituto, o Juiz Paulo Torres, sendo acompanhado pelo Eminente Des. Francisco Tenório dos Santos, então presidente.
- O voto vencido, da lavra do Relator Substituto, o Juiz Márcio Aguiar, foi pela parcialidade de ambos os recursos, modificando a sentença em relação à compra de equipamentos e de mercadorias, bem como de ressarcir as despesas com a reforma, conservação e manutenção dos bens do fundo de comércio efetuados no último ano de contrato.

LIMITE DOS EMBARGOS INFRINGENTES:

- Amplo: os votos vencedores deram provimento ao recurso de apelação para o fim de modificar integralmente a sentença recorrida.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Busca o Embargante a prevalência do voto vencido, da lavra do Relator Substituto, o Juiz Márcio Aguiar Alves (fls. 6228/6234), quando votou pelo provimento parcial da apelação, acompanhando em parte, o entendimento do juiz 'a quo', por entender, em apertada síntese, que embora o contrato de distribuição de bebidas estivesse por prazo indeterminado e a denúncia imotivada sido efetivada através da notificação com previsão na *cláusula 12* do contrato de Distribuição de Bebidas, há de se considerar o *Venire contra factum proprium* e a *boa fé*
- LM

2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

objetiva em razão do comportamento da empresa embargada ter gerado expectativa na empresa embargante de que a relação contratual permaneceria inalterada, mas que, no entanto, rescindiu unilateral e bruscamente o referido contrato, produzindo enorme prejuízo à embargante.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

- Contrariedade às fls. 25/32, pugnando pelo não provimento dos embargos.

É o relatório

À douta revisão.

Recife, 08 de janeiro de 2013.


Des. Heriberto Carvalho Galvão
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

178
6

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS INFRINGENTES N.º 82648-2/02

ÓRGÃO JULGADOR: 4ª Câmara Cível

EMBARGANTE: Distribuidora de Bebidas Quipapá Ltda

EMBARGADO: Indústria de Bebidas Antartica do Nordeste S/A

RELATOR: Des. Substituto Heriberto Carvalho Galvão

VOTO

Conheço do recurso, porquanto presente os pressupostos necessários à sua admissibilidade.

Conforme referido no relatório, trata-se de Recurso de Embargos Infringentes tirado contra acórdão não unânime da Egrégia 4ª Câmara Cível que, em sede de Apelação, nos autos da Ação Ordinária de Ressarcimento Por Perdas e Danos e Lucros Cessantes, proc. nº 00012000010067-7, reformou a sentença de 1º grau para julgar a demanda improcedente.

Em análise ao Recurso de Apelação, enquanto o Relator Substituto Márcio Aguiar Alves votou pela reforma parcial da sentença, o Revisor Substituto Paulo Torres e o Eminentíssimo Desembargador Francisco Tenório dos Santos, em sentido oposto, votaram pela reforma integral do julgado, julgando a ação improcedente, invertendo-se o ônus da sucumbência ao argumento de que a rescisão contratual operou-se sem vício ou infração legal, não havendo óbice contratual para que a mesma fosse feita imotivadamente e, finalmente, de que na espécie não se aplica a Lei 6.729/79, (Lei Ferrari) ante a omissão no contrato que imponha a aplicação da referida Lei ao caso em concreto, tendo este sido decorrente

OK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

119
20

de livre pactuação, deve reger-se pela teoria geral dos contratos e pelos dispositivos presentes no Código Civil da época.

A divergência, então, encontra-se delimitada em saber se existem nos autos elementos capazes de afastar a rescisão imotivada pela Embargada e o seu dever de indenizar.

São dois os fundamentos dos embargos infringentes: *Venire contra factum proprium e a boa fé objetiva* e ainda o *abuso no exercício do direito por parte do fornecedor*.

O embargante sustenta que no voto do Relator está bem assentado o *Venire contra factum proprium* no comportamento da empresa embargada estando consonante com as provas dos autos, as quais demonstram o seu interesse em seguir com o contrato firmado, tendo inclusive, um ano antes da ruptura contratual, facilitado a embargante na compra financiada de um caminhão de alto valor, bem como na exigência de se executar o plano de trabalho denominado "Excelência 2000" (padronização obrigatória da frota dos veículos do distribuidor, sistema de pré venda através de vendedor motorizado e informatização para emissão de notas fiscais).

Entretanto, não vejo contrariedade no comportamento do embargado em relação ao que foi pactuado entre as partes. Em verdade, a não renovação do contrato de distribuição, de qualquer das partes contratantes, sendo respeitado o prazo estabelecido para denúncia, como expressamente convencionado pelas partes não gera direito à percepção de indenização, seja ela de que tipo for.

Também quanto aos investimentos realizados pelo Embargante para executar o plano de trabalho denominado "Excelência 2000" exigido pela Embargada, entendo que em se tratando de distribuição de bebidas

Q



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

de marca muito consumida, é óbvio que investimentos acontecem de forma automática, caso contrário é impossível executar uma logística para o devido suprimento da demanda na região abrangida, investimentos esses que não vinculam a uma expectativa de prolongar *ad eternum* o contrato firmado entre as partes.

Vejam Srs. Desembargadores que a avença vigiu por cerca de 16 anos, (contrato de fls. 46/51) quando mediante notificação, (doc. de Fls. 45) datada de 10/01/2000 a Demandada/Embargada comunicou a cessação da vigência do contrato em 10/03/2000 e que o mesmo não seria renovado, demonstrando que foi respeitado o aviso prévio de 60 (sessenta) dias determinado na cláusula 12 do pacto (fl.50).

Nesse passo, imperioso consignar que o contrato não sendo contrário à lei, à ordem pública, aos bons costumes, bem como, pactuado por sujeitos capazes e versando sobre negócio lícito, possível, determinado e, em se tratando de direitos disponíveis, faz lei entre as partes. Portanto, na hipótese em testilha prepondera a aplicação do princípio *pacta sunt servanda*.

Assim, inexistente na hipótese qualquer impedimento à resilição contratual imotivada, constituindo-se em ato próprio do exercício regular de um direito.

Quanto ao alegado abuso de direito do fornecedor, tenho que a cessação de atividade de distribuição de bebidas por iniciativa da Embargada, cujo contrato vigiu por muitos anos, ao término do prazo contratual, reveste-se de exercício de um direito, bilateralmente assegurado às partes, não se revestindo, portanto, de nenhuma abusividade que pudesse gerar as indenizações buscadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

121
20

Sendo o ato rescisório, revestido de legalidade deve ser afastado o dever de indenizar pelos supostos danos morais e materiais, fundo de comércio e outros ativos decorrentes do fim da distribuição de bebidas.

Segundo *Maria Helena Diniz*¹ a rescisão é o modo de extinção contratual por vontade de um dos dois contratantes em virtude de razões que variam ao sabor de seus interesses podendo ser, portanto, unilateral ou bilateral. Tanto a rescisão unilateral quanto a bilateral operam de forma *ex nunc*, produzindo efeitos apenas para o futuro.

Observo que a rescisão unilateral existe como faculdade que é concedida por lei, em alguns casos, quanto ao interesse de apenas uma das partes por fim ao contrato.

Segundo *Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Maria de Andrade*² a rescisão unilateral é o gênero da qual são espécie a denúncia, a revogação e a renúncia.

Ademais, o STJ já pacificou o entendimento de que é possível o rompimento unilateral do vínculo com base em cláusula contratual, sem que haja direito à percepção de qualquer indenização pela parte contrária, destacando os seguintes precedentes: REsp nº 766.012, Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, 3ª TURMA, Data do Julgamento 23/08/2005, DJE 07/11/2005 p. 284; REsp 681100/PR, Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ª TURMA, Data do Julgamento 20/06/2006, Data da Publicação/ Fonte DJ 14/08/2006 p.278; REsp 493159/SP, Relator Ministro CASTRO FILHO, 3ª TURMA, Data do Julgamento 19/10/2006, Data da Publicação, DJE 13/11/2006 p. 241, RNDJ vol. 86 p.79; REsp nº 513.048/DF. Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, 4ª TURMA, Data do² Julgamento 16/03/2010.

¹ Diniz, Maria Helena – Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das Obrigações Contratuais e extracontratuais. 18ª Ed. São Paulo – Janeiro, 2003, V. III pg. 155.

² Nery Júnior, Nelson e Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 4 ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006. pg. 442.



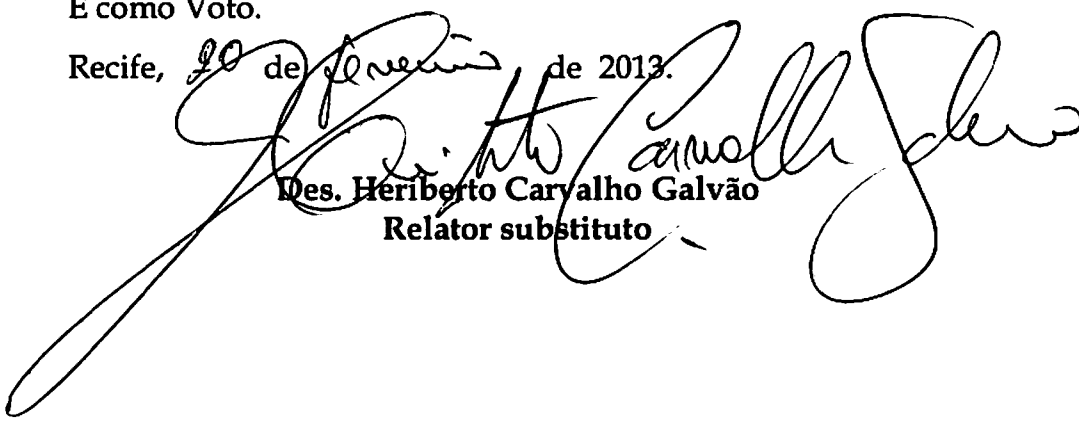
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Portanto, anuncio quedar-me para o lado dos votos vencedores, ou seja, dos Eminentes Desembargadores, o Juiz Paulo Torres e Des. Francisco Tenório dos Santos, por se mostrarem consonantes com os dispositivos de lei, doutrina e jurisprudência.

Assim, ao tempo em que acompanho os votos vencedores, no sentido de entender procedente a apelação cível, concluo este voto por negar provimento ao presente recurso.

É como Voto.

Recife, 20 de fevereiro de 2013.


Des. Heriberto Carvalho Galvão
Relator substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS - 20.02.2013
EMBARGOS INFRINGENTES Nº 0082648-2/02 - RECIFE
EMBARGANTE: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS QUIPAPÁ LTDA
EMBARGADO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
RELATOR: DESEMBARGADOR HERIBERTO CARVALHO GALVÃO
REVISOR: DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO ÀS FLS. 108/110 DOS AUTOS.

DOUTOR CARLOS HARTEN – OAB/PE Nº 19.357 (PATRONO DA PARTE EMBARGADA – AMBEV)

Boa tarde, Excelentíssimo Senhor Presidente;

Boa tarde, Excelentíssimos Senhores desembargadores membros dessa sessão;

Como disse o eminente Relator, o nobre Desembargador, o feito trata de uma questão já conhecida dessa Corte. As partes tinham entre si um contrato de distribuição de bebidas. A AMBEV, nossa cliente, produtora, e do outro lado a Quipapá, que era efetivamente a empresa distribuidora dos produtos na Região de sua atuação.

Por força do dispositivo contratual havia uma previsão de que, qualquer das partes, bilateral – esse contrato era comutativo, não era um contrato de adesão – poderia, a qualquer tempo, se assim o desejasse, comunicar o desejo, denúncia motivada, vazia, à contraparte de não mais prorrogar o contrato. Esse contrato tinha um prazo de vigência de 01 (um) ano, prorrogável sempre por igual período, desde que, antes do término da vigência, não houvesse a notificação desse comunicado de parte a parte.

Pois bem, a decisão, até agora de forma unânime, os 03 (três) desembargadores originários, que, infelizmente, nenhum deles compõe essa sessão agora, entenderam que a comunicação feita pela AMBEV à Distribuidora Quipapá no seu desejo de não mais prosseguir no contrato de distribuição, esta comunicação, esta notificação, a denúncia vazia foi feita de forma válida.

Para evitar qualquer tipo de má compreensão, gostaria, inclusive, de transcrever rapidamente o voto vencido que hoje pretende a parte embargante ver prevalecente:

“Tenho que, no caso dos autos, mesmo lícita a utilização pela demandada da denúncia vazia para romper o vínculo com a autora, existem danos a serem ressarcidos.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Então, mesmo o voto vencido entendeu como lícita a denúncia realizada. Denúncia essa que, na verdade, não poderia ser cogitada de forma adversa vez que, como antecipado, o contrato foi feito de forma computativa, negociado entre as partes. E, como antecipei no começo, já foi objeto de discussão nessa Corte em outras situações. E, em todas elas, foi tida como válida, como possível uma denúncia de um contrato com um prazo determinado que venha a ser prorrogado sucessivas vezes, desde que esta denúncia respeite e aconteça da forma prevista no contrato, como foi feito nesse caso.

Apenas gostaria de usar uma rápida decisão como paradigma, uma decisão recente, a mais recente que localizei, da Segunda Câmara Cível, na Apelação nº 198.622-7, julgada em fevereiro de 2011:

“RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS. (...)

Considerando que a rescisão unilateral, por denúncia imotivada, se encontrava expressamente prevista no contrato, para ambas as partes, não se há falar em desigualdade entre os contratantes, mas a efetivação de um tratamento isonômico e o conseqüente respeito ao princípio da isonomia.”

Pois bem, fixando que é unânime que a rescisão foi feita de forma válida, resta identificar com precisão qual seria, na verdade, a divergência. A divergência reside que o voto vencido entendeu que, mesmo diante de uma denúncia válida, mesmo diante da inexistência de um ato ilícito, contratual, haveria o dever de indenizar. Os votos vencedores entenderam justamente o contrário: que não haveria que se falar em dever de indenizar simplesmente pela inexistência de qualquer ato ilícito praticado.

Com todo respeito à decisão vencida, nos parece que o primeiro equívoco está na exata compreensão da extensão do dever de indenizar. O que está defendido tanto pelos votos vencedores quanto nas razões dos embargos e nos memoriais que foram apresentados a Vossa Excelência, é de que não há que se falar em dever de indenizar sem responsabilização civil. A responsabilização civil nasce justamente pela prática de um ato ilícito cometido por um agente. Esse ilícito pode ser um ilícito contratual, ilícito extracontratual, ilícito sem culpa, ilícito com culpa, a depender a responsabilidade ser objetiva ou subjetiva; mas, jamais, o dever de indenizar sem a prática de um ato ilícito. Então, em sendo de forma unânime reconhecida pela turma de que a denúncia foi válida, correta, não haveria, jamais, que se falar em dever de indenizar.

É importante ressaltar, como o Relator bem destacou, que no contrato existe uma previsão muito clara de que, além da possibilidade de ser exercida de parte a parte a denúncia motivada, há uma previsão explícita de que esta denúncia motivada, a cessação do contrato, a cassação dele não gera o dever de indenizar. A cláusula 15ª diz:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

"(...) e isto ela aqui reconhece, expressamente – fica bem claro que a cessação delas, inclusive como consequência – da rescisão do presente contrato, não implicará, para a PRODUTORA, nenhuma responsabilidade."

Também essa situação já foi objeto de exame por esta Corte mais de uma vez. E também o entendimento foi feito de forma pacífica e unânime de que, sendo o exercício regular do direito a denúncia, ela é lícita. E, em sendo lícita, não gera o dever de indenizar para a parte que teve o contrato rescindido.

Peço mais uma vênia pra citar a parte que teve o contrato rescindido. Peço mais uma vênia para citar, rapidamente, uma decisão dessa egrégia Corte:

"RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS. INAPLICABILIDADE ANALÓGICA DA LEI Nº 6.729/79. DIREITO À INDENIZAÇÃO PELO INVESTIMENTO, DESPESAS COM FRETE E CARRETÓ, FUNDO DE COMÉRCIO, PERDA DA CLIENTELA, VERBAS TRABALHISTAS, REEMBOLSO PELOS VASILHAMES E REFUGOS. DESCABIMENTO."

Vale destacar que todos esses itens que foram identificados são exatamente os itens objetos de pedido nesta própria ação. Essa decisão também é de fevereiro de 2011, também da Segunda Câmara Cível, e o Relator é o Desembargador Alberto Nogueira Virgínio.

O voto vencido, contudo, mesmo diante do próprio reconhecimento da inexistência de ilicitude, entende que a parte contrária é devida a indenização pela aplicação do art. 472 do Código Civil que diz, mais ou menos, o seguinte: a depender do vulto do investimento realizada, a rescisão a denúncia não surte efeito até que haja transcorrido o tempo hábil para a retomada desses investimentos.

É importante destacar que esse dispositivo do Código Civil em nenhum momento fala em dever de indenizar, em nenhum momento fala em rescisão e denúncia praticada antes do decurso deste prazo. Este prazo é um prazo aberto, não há a fixação de tempo. Ele não fala em nenhum momento em dever de indenizar, apenas diz que só surte efeitos após o decurso desse prazo.

Ora, se de forma unânime foi entendido que a denúncia praticada foi legal, é uma contradição termos que taxá-la de "em tempo inadequado", "em forma inadequada". Se ela é legal, ela foi feita e executada em tempo e forma adequados. Então, isto, por si só, nos parece que afastaria a conclusão obtida pelo voto vencido.

Mas, não é apenas isso, é importante destacar que o contrato dos autos, como disse, tinha apenas o prazo de vigência de 01(um) ano, prorrogável por igual período. Então, desde o começo do contrato, a parte sempre teve em mente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

um curto espaço de tempo, um prazo de ano. Então, anualmente, havia a expectativa de ser ou não ser prorrogado o contrato. Então, os investimentos sempre tiveram em conta o período de 01 (um) ano. O contrato esteve em vigor por 16 (dezesseis) anos. Um prazo mais do que longo, mais do que suficiente para haver a retomada dos investimentos realizados.

É importante lembrar também que estamos falando de contrato de distribuição de bebidas que é de pequena, média, monta de investimentos. Estamos falando de aquisição de caminhões, de pequena estrutura física. Basicamente de depósitos e galpões. Inclusive estruturas essas que podem ser facilmente desmobilizados para a utilização por qualquer outro tipo de atividade. E, mesmo que assim não seja, é fácil fazer a venda de caminhões. Não estamos falando de investimentos de magnitude de tal ordem, de bilhões de Reais, como, por exemplo: a Usina de Belo Monte ou a Usina de Santo Antônio, que, inclusive, nestes próprios investimentos de bilhões de Reais, que estamos falando de investimentos com finalidade única, o prazo de duração dos contratos de concessão de obra pública ou concessão de bem público é de 30 (trinta) anos. Então, se com investimentos na ordem de bilhões de Reais, de magnitude tal que só pode ser utilizado para o único investimento, 30 (trinta) anos é tido como mais do que suficiente para obter o retorno, que dirá o contrato de distribuição de pequeno investimento que passou mais de 16 (dezesseis) anos com prazo de duração.

Por tudo isso é que todos, absolutamente todos, - não estamos diante daquela situação em que vamos pesquisar jurisprudência e encontramos entendimento para praticamente toda a conclusão, com divergência entre as turmas – todos os casos que chegaram ao STJ examinando contrato de distribuição de bebidas, e muito deles, inclusive, com a própria parte – AMBEV – que está, aqui, defendendo as suas razões, figurava como parte foram de reconhecer que a denúncia, desde que prevista no contrato, e motivada é válida, denúncia essa que não gera qualquer direito à indenização da parte contrária.

Para finalizar, peço, mais uma vez, desculpas para transcrever, rapidamente, uma dessas decisões, que, inclusive, consta tanto da resposta dos embargos quanto dos memoriais que distribuímos, e que diz:

“Indenização indevida. Não é possível indenização por lucros cessantes nem por despesas relacionadas a rescisões de contrato de trabalho na hipótese de rescisão contratual unilateral que observa o prazo expressamente estabelecido para a denúncia do ajuste porque caracteriza o exercício do direito bilateralmente assegurado às partes, não se revestindo de nenhuma abusividade que possa gerar indenizações.”

E, além disso, o STJ pacificou o entendimento de que é válida a cláusula contratual que permite o rompimento unilateral do vínculo contratual, sem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

direito de indenização pela parte contrária. O Relator para o Acórdão foi o Ministro Onildo Amaral, Quarta Turma, julgado em agosto de 2010.

Então, por todas essas razões, Senhores Desembargadores, nós pedimos que seja mantida a decisão recorrida, prevalecendo os votos vencedores, que entenderam pela, inicialmente, de forma unânime, legalidade da denúncia realizada e, de forma majoritária, que essa denúncia não gera qualquer dever de indenização à parte contrária. Muito obrigado pela atenção, boa tarde.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 118/122 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO (REVISOR)

Senhor Presidente, o meu voto é de inteiro acordo com o entendimento e voto do eminente Desembargador Relator.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS (PRESIDENTE)

A turma está em consonância, em harmonia, para vota no sentido de rejeitar os embargos infringentes. Em discussão. Há alguma divergência? Sem divergência, proclamo o resultado.

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES STÊNIO NEIVA COELHO, ROBERTO DA SILVA MAIA, JOSUÉ FONSECA DE SENA, EDUARDO SERTÓRIO E BARTOLOMEU BUENO VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR."

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES, NOS TERMOS DOS VOTOS DA TURMA."
